

} REPORTAGEM

Entre a hospitalidade e a hostilidade: assim se acolhem os refugiados em Portugal

Costuma dizer-se que Portugal é um país que recebe bem os estrangeiros. Mas nem sempre a hospitalidade foi a tônica dominante. Dois historiadores – Carolina Henriques Pereira, da Universidade de Coimbra, e Fábio Alexandre Faria, do ISCTE – investigaram a forma como os portugueses receberam as várias vagas de refugiados entre 1900 e 1970 e concluíram que a postura oscilou consoante os regimes políticos em vigor. Se com os bóeres, ainda na monarquia, até houve disputa de localidades para os receber, durante a guerra civil espanhola, quem atravessava a fronteira para Portugal nem sempre encontrava um porto de abrigo, revelam no livro “Refugiados em Portugal no século XX”. Hoje, há cerca de 65 mil em Portugal. Em geral, são bem acolhidos. Mas com as retóricas de extrema-direita a ganharem relevo, não é garantido que esta postura continue a ser a regra.

FILIPA LINO

flino@negocios.pt

A

massa de pão rodopia nas mãos de Mohammad Alotani como se desenhasse no ar uma coreografia. Depois, o jovem cozinheiro sírio coloca-a no forno. Em poucos segundos, está pronto. O khubz, o pão consumido no Médio Oriente, não pode faltar na ementa do restaurante Mezze, no Mercado de Arroios, em Lisboa. O espaço abriu portas em 2017 e foi uma resposta de trabalho para os refugiados que estavam a chegar a Portugal naquela altura, vindos da Síria e do Iraque.

Francisca Gorjão Henriques, cofundadora da associação Pão a Pão, a ONGD que gere o restaurante, conta que a sua família recebeu duas estudantes sírias ao abrigo do programa da Plataforma Global de Apoio aos estudantes sírios, presidida pelo antigo Presidente da República Jorge Sampaio. Isso permitiu-lhe ter um contacto direto com estas pessoas. Mas, antes, já estava preocupada com a forma como a Europa, desde 2015, estava a lidar com esta vaga de refugiados que fugiam da guerra. Foi isso que a levou, em

2016, a juntar-se a mais três pessoas e a desenvolver o projeto da associação.

A ideia de criar um restaurante tinha como alvo as mulheres refugiadas do Médio Oriente. Uma grande parte delas eram domésticas e não tinham percursos académicos, o que dificultava a sua integração no mercado de trabalho. A cozinha parecia ser “uma resposta muito evidente”.

Mezze significa refeição de partilha, com vários pratos. É por isso que no centro do restaurante está uma mesa corrida, com vários lugares, onde muitas vezes se sentam lado a lado pessoas que não se conhecem. “A comida é um elemento fundamental de criação de empatia e foi também uma forma de mostrarmos à comunidade de acolhimento que estas pessoas vêm acrescentar e não subtrair. Trazem um património muito valioso.”

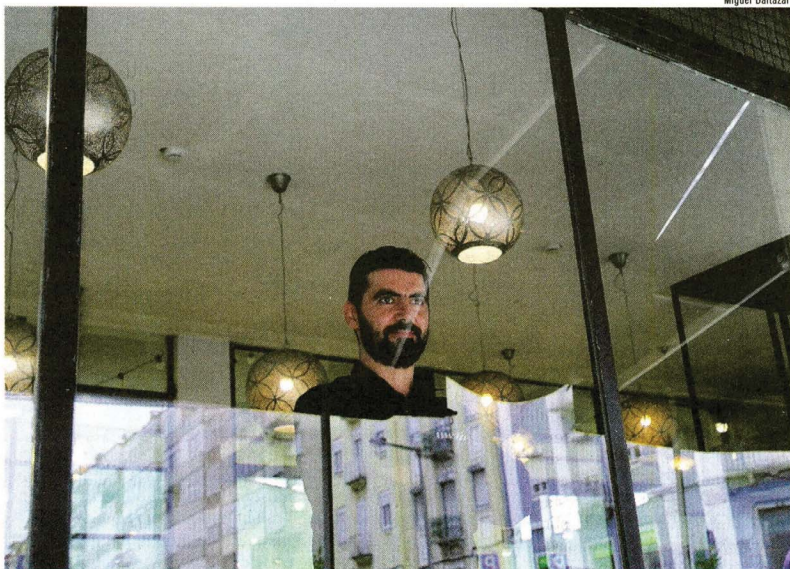
Hoje trabalham no restaurante 15 pessoas, muitas já têm nacionalidade portuguesa e já não respondem pelo estatuto de refugia-

ID: 113685354

18-10-2024 | WEEKEND



Miguel Baltazar



Miguel Baltazar



Miguel Baltazar

Em cima: o jovem sírio Mohammad Alotani prepara a massa do khubz, o pão consumido no Médio Oriente, que não pode faltar na ementa do restaurante Mezze, no Mercado de Arroios, em Lisboa. Em baixo: o iraquiano Mohammed Hassein, de 36 anos, trabalha no serviço às mesas, e a síria Manal Altattan, de 42 anos, trabalha na cozinha. O restaurante abriu portas em 2017 para dar emprego a refugiados.

do. É o caso do iraquiano Mohammed Hassein, de 36 anos, chefe de turno no serviço às mesas. Fugiu do Iraque com a mulher em 2014 e acabou num campo de refugiados na Grécia, onde nasceu o filho, hoje com oito anos. A família foi encaminhada para Portugal através de um programa da União Europeia. Mohammed confessa que não sabia nada sobre o país. Só ouviu falar de Portugal quando estudou geografia, história e..., claro, no futebol. Quando lhe disseram que vinha para Portugal, ficou assustado. Foi um salto no escuro.

Já em Portugal, as organizações que os receberam disseram que iam ficar numa casa, mas tinham um ano e meio para se estabelecerem e procurarem outro local para viver. Mohammed ouviu falar no Mezze. Foi bater à porta do restaurante e pediu trabalho. Ficou, até hoje. Já lá vão seis anos.

No Iraque, era professor de religião e de língua árabe numa escola secundária em Mossul, e trabalhou com o ministro do Desporto. "Quando saí do Iraque, em 2014, senti-me como um peixe a sair da água", con-

continua

REPORTAGEM

continuação

ta. “Tenho o corpo aqui e a cabeça lá”. A filha, de quatro anos, já nasceu em Portugal.

Mohammed quer regressar para o Iraque com a família e voltar a ser professor, mas teme que isso não aconteça tão cedo por causa da guerra em curso no Médio Oriente. “Voltei ao Iraque há três meses, para visitar a família pela primeira vez em 10 anos. As pessoas estão com medo por causa da tensão entre Israel e o Irão. Dentro do Iraque está tudo bem, o povo só quer viver em paz, está farto de guerra. Mas, agora, com esta situação [na região], ninguém sabe se vai acontecer alguma coisa.”

Na cozinha, está a síria Manal Altattan, de 42 anos. Chegou a Portugal há oito anos com o marido e os três filhos. “No início, foi muito difícil”, confessa. Não conheciam ninguém e não falavam a língua. Valeu-lhes a ajuda de uma organização que lhes disponibilizou uma casa.

Na seu país, era proprietária, com o marido, de uma loja de material para medicina dentária. “Quando a guerra começou, foi muito difícil. A loja ficou completamente destruída”. O marido esteve preso cinco meses por não ser a favor do regime de Bashar al-Assad. “Tivemos de pagar muito dinheiro para ele ser libertado. E, quando saiu da prisão, decidimos ir embora do país”.

Primeiro foram para a Turquia, depois viajaram até Atenas. Na capital grega, ficaram num campo de refugiados durante oito meses. Foi um programa português que os escolheu para virem para cá. “Eu não sabia nada de Portugal. Só conhecia o Cristiano Ronaldo porque gosto muito de futebol”, confessa a cozinheira a sorrir. Trabalha no Mezze há três anos.

Para Manal, o mais difícil foi mesmo aprender a língua. Os portugueses são “muito simpáticos” e nunca sentiu que não era bem-vinda, mesmo sendo muçulmana e usando o hijab. “Vivo num apartamento há oito anos e os vizinhos nunca nos trataram mal”, garante.

O iraniano Mohammed Hassein concorda. “Vocês são um povo de coração aberto”, diz. “Tivemos alguns problemas com organizações, mas com os portugueses não!”

A verdade, diz Francisca Gorjão Henriques, é que, desde o início, o projeto do restaurante foi muito acarinhado e bem recebido. Um dos motivos foi o facto de ter surgido “num contexto político bastante distinto do que agora vivemos, em que o discurso racista e xenófobo está tão vulgarizado”. Em 2017, “as pessoas ainda tinham algum pudor em expressar as suas opiniões negativas sobre os imigrantes.” E “achava-se que estávamos um pouco salvaguardados dessas posições e discursos, mas a realidade mostrou que era só uma questão de tempo”, lamenta.

O Mezze quis mostrar que “era possível haver projetos de integração em que as pessoas não têm de abdicar da sua identidade”. Até porque, acrescenta, “ganhamos todos com esta diversidade, com esta troca cultural”.

E esse ganho também é financeiro. “Somos autossuficientes desde o primeiro dia que abrimos”. Os únicos apoios estatais que o projeto recebeu foi no início, para a renovação do espaço, que era um talho em muito mau estado. “Tivemos um apoio de 28 mil euros do Alto Comissariado para as Migrações, outro tanto da Câmara Municipal de Lisboa, e também recebemos algumas ajudas de privados. Mas, em termos de impostos e contribuições para a Segurança Social, podemos dizer que aquele apoio que recebemos foi devolvido muitas e muitas vezes ao longo destes sete anos”.

Os lucros são reinvestidos no projeto, que agora inclui também a Mezze Escola, um programa em parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa para formar refugiados e imigrantes na área da restauração, com estágios em vários restaurantes.

UM PAÍS DE BRAÇOS ABERTOS, ÀS VEZES

É comum dizer-se que Portugal recebe bem os estrangeiros. Mas nem sempre a hospitalidade foi a tônica dominante, como demonstram dois historiadores – Carolina Henriques Pereira, da Universidade de Coimbra e Fábio Alexandre Faria, do Iscte – no livro “Refugiados em Portugal no século XX: entre a hospitalidade e a intransigência”, publicado pela Manuscrito. Os dois investigadores analisaram os fluxos de refugiados entre 1900 e 1970 e concluíram que a forma como estas pessoas foram acolhidas



O historiador Fábio Alexandre Faria, investigador do CIES Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, estudou os refugiados da guerra civil espanhola e os bóeres, que chegaram a Portugal no início do século XX.

no país variou de acordo com o regime político em vigor.

“O livro procura desmistificar a ideia de um Portugal misericordioso e acolhedor em todos os momentos. Houve períodos de ambiguidade. Tivemos pontos de encontro e de desencontro com as diversas culturas e pessoas que entraram no país. Houve momentos de alegria, de festa, e outros de uma grande intransigência, que variaram de intensidade de acordo com a situação política, os medos ou as agendas internas do próprio regime”, afirma a investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

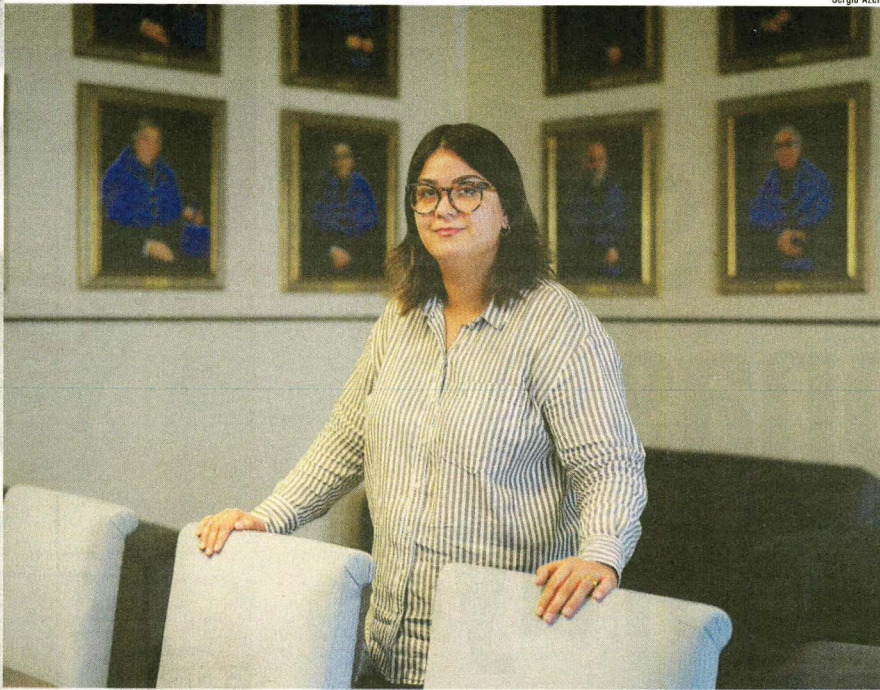
Ao longo do século XX, os refugiados residiram maioritariamente na região Centro e Litoral, além de passarem também por grandes cidades como Lisboa e Porto, escrevem os autores. Na primeira vaga, logo em 1901, ainda no tempo da monarquia, chegaram os bóeres da África do Sul, que estavam em guerra com os britânicos [guerra Anglo-Bóere entre 1899 e 1902], por disputas

Miguel Baltazar

ID: 113685354

18-10-2024 | WEEKEND

Sérgio Azenha



Carolina Henriques Pereira, investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade e Coimbra, estudou os refugiados da II Guerra Mundial. No livro "Refugiados em Portugal no século XX", que escreveu com o Fábio Alexandre Faria, os autores desmitificam a ideia de um Portugal misericordioso e acolhedor em todos os momentos.



Esta caricatura de Bordallo Pinheiro publicada no jornal A Paródia, a 17 de abril de 1901, mostra a rivalidade entre localidades como Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaca e Lisboa para o acolhimento dos refugiados bóeres, que chegaram de África em 1901, para fugir da guerra Anglo-Bóere.

territoriais na sequência da descoberta de diamantes e ouro. De acordo com a imprensa da altura, estes refugiados – descendentes de colonos europeus neerlandeses, alemães e franceses – suscitaram muita curiosidade na população portuguesa pela sua aparência. Longas barbas, polainas até ao joelho e chapéus de feltro mole com aba levantada de um lado, eram traços fora do vulgar que aparecem retratados numa caricatura de Bordallo Pinheiro no jornal A Paródia, a 17 de abril de 1901, onde mostra a rivalidade entre localidades como Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaca e Lisboa para o acolhimento destas pessoas.

A população simpatizava com a causa bóere, porque tinha um inimigo comum – os ingleses. Em Portugal, ainda se “digeria” o Ultimato Inglês, de janeiro de 1890. Apesar do bom acolhimento por parte da população, os refugiados estavam limitados pelas autoridades em termos de cir-

culação. “O Arquivo Histórico Militar tem referências a isso, o que demonstra essa preocupação em vigiar de perto os estrangeiros”, diz o investigador associado do CIES Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

Essa mesma vigilância foi ainda mais apertada com os refugiados da guerra civil de Espanha, já nos anos 1930, perseguidos pelo regime franquista. “Estamos a falar dos refugiados espanhóis afetos à República, que defendiam uma política de esquerda e havia muito receio do contacto político e ideológico com os portugueses, sobretudo dos comunistas”, explica Fábio Faria.

Os portugueses não estavam autorizados a ajudar os refugiados espanhóis. Mas a orientação política não foi seguida por muitos habitantes da raia, que prestaram auxílio humanitário a esses espanhóis famintos que atravessaram a fronteira às escondidas. As casas portuguesas receberam também muitos órfãos da guerra. “Não interessava as preferências, as simpatias políticas dos refugiados. Era uma questão humanitária. O que interessava era, sobretudo, ajudar essas pessoas a sobreviver. Os refugiados chegavam a comer restos de comida que era para os cães ou a fazer sopa com ervas”, diz o historiador. Esse auxílio tinha de ser prestado de forma clandestina. “Muitos portugueses foram presos por ter ajudado os refugiados espanhóis.” Mas também houve quem entregasse espanhóis às autoridades, “o que demonstra o colaboracionismo de Por-

tugal com a Espanha de Franco”, conclui.

Os dois momentos em que os refugiados foram vistos como uma ameaça foram a guerra civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial. Isso aconteceu por razões diferentes. “No caso da guerra civil de Espanha, foi em especial por causa da conotação comunista, e na Segunda Guerra Mundial foi fundamentalmente por causa do vanguardismo, do cosmopolitismo dos refugiados. Por outro lado, ao ter um estatuto de neutralidade no conflito, Salazar não queria receber os judeus perseguidos pelo regime nazi.

Mas Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus, não obedeceu às ordens de Lisboa e passou milhares de vistos de trânsito portugueses a judeus, desde 1939 a 1940. Estima-se que tenham passado por Portugal cerca de 50 mil.

Quando percebe como é que estas pessoas estavam a entrar no país, “a ideia de Salazar foi mandá-las para trás”. O que acontece é que “Espanha não as quis receber de volta”. Perante este facto, “teve de conformar-se e criou um mecanismo de distribuição destes refugiados pelo país”.

Salazar aproveitou-se do ato humanitário de Aristides de Sousa Mendes. “Depois da guerra afirmou que “Portugal tinha estado do lado certo da história”, mas a verdade é que “a neutralidade do país balançou, consoante as circunstâncias”, diz Carolina Henriques Pereira. E até houve uma certa “intransigência da população em questões como o mercado de trabalho e também porque alguns refugiados tinham poder económico ou eram apoiados financeiramente por organizações e podiam comprar certos produtos que os portugueses, em geral, não podiam”. Isso causou alguma inveja.

Também foram criticados porque “estavam muito tempo na ociosidade, sobretudo, os que passeavam pela Avenida da Liberdade e se sentavam nos cafés o dia todo a beber café e a ler o jornal”. Mas, de uma forma geral, foram bem recebidos.

O EMPURRÃO PARA A ILEGALIDADE

Atualmente, Portugal tem cerca de 65 mil refugiados, de acordo com os dados disponibilizados ao Negócios pelo ACNUR. “A política está a mudar muito rapidamente e a percepção que os portugueses têm sobre refugiados e imigrantes também”, afirma Cristina Santinho, investigadora do CRIA-Iscte - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, que estuda a questão dos refugiados desde 2007.

A retórica dos partidos da extrema-direita passou a mensagem de que a Europa está a ser invadida por refugiados e que está sob ameaça na sua segurança, “mas isso não é verdade”, sublinha a antropóloga. “Falou-se muitas vezes na ‘crise’ dos refugiados. Tudo isto é uma enorme manipulação ideológica. O que começou a haver foi uma crise dos valores da União Europeia, que não desenvolveu mecanismos de solidariedade para fazer um acolhimento digno destas pessoas”. Apesar de ter havido um aumento dos refugiados, “eles continuam a ser uma minoria relativamente à população europeia”.

Hoje, é sabido que precisamos de imigrantes para equilibrar a nossa economia. Estas pessoas “têm dado contributos muito significativos” para isso mas, ao mesmo tempo, “queremos que eles saiam daqui para fora. Isto é uma contradição”.

Uma decisão política que fragilizou ainda mais a situação destas pessoas no país foi a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), defende. “Hoje ninguém sabe exatamente para que serve a AIMA. Só sabemos que funciona muito mal e que está a empurrar as pessoas para a ilegalidade”. Este vazio institucional está a fazer com que existam muitas pessoas – não só refugiados, mas também imigrantes – “sem direitos nenhuns, à mercê da exploração económica e social e do tráfico”. Isso “interessa a muita gente por esta Europa fora, porque permite ter mão de obra barata, fácil de explorar e que não tem como se defender”, conclui. [w](#)